

# **ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Referente ao exercício de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da ENERGIA DOS VENTOS VI S.A. Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



#### **Outros assuntos**

## Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

# Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM **AUDITORES INDEPENDENTES S/S** 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA: 90238435091 OLIVEIRA: 90238435091 Dados: 2022.02.23 16:01:58 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira Contador 1 CRCRS 71.505/O-3 "T" SP Sócio Responsável Técnico

www.russellbedford.com.br

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	Reclassificação 31/12/2020
Ativo				<u>Passivo</u>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.202	20.599	Fornecedores - diversos	10	30	2.471
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.284	1.385	Empréstimos e financiamentos	11	9.427	5.832
Impostos a recuperar	7	544	308	Obrigações tributárias	12	232	158
Despesas antecipadas		229		Partes relacionadas	15a	-	-
		10.259	22.292	Arrendamento a pagar	13	161	158
				Provisão Pellon	16b	2.805	-
				Provisão STK	16c	1.039	
						13.694	8.619
				Não circulante			
				Arrendamento a pagar	13	2.617	3.097
				Empréstimos e financiamentos	11	114.419	117.490
				Provisão contingencia	16a	157	
Não circulante				Outros credores		12	11
Fundo vinculado	5	6.660	6.463			117.205	120.598
Imobilizado	8	132.614	142.742				
Intangível	9	7.284	7.874				
		146.558	157.079	Patrimônio líquido			
				Capital social	17	80.210	70.540
				Prejuízos acumulados		(54.292)	(42.056)
				Adiantamento para futuro aumento de capital	15b		21.670
				Total do patrimônio líquido		25.918	50.154
Total do ativo		156.817	179.371	Total do passivo e patrimônio líquido		156.817	179.371

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

		31/12/2021	31/12/2020
Receita operacionial líquida	Nota	19.004	12.381
	17		
CUSTO OPERACIONAL			
Energia elétrica comprada para revenda		-	(5.079)
Depreciação / Amortização		(12.205)	_
Operação e manutenção de usinas		(2.131)	(2.067)
Encargos de uso da rede elétrica		(213)	(142)
		(14.549)	(7.288)
DESPESA OPERACIONAL	18		
Pessoal e administradores		(5)	(5)
Material		(2)	(9)
Serviço de terceiros		(103)	(130)
Depreciação / amortização		(1)	(2)
Provisão contingencia		(157)	-
Tributos		(35)	(8)
Outras despesas		(164)	(2)
Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)		(1.234)	(16.885)
		(1.701)	(17.041)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		2.754	(11.948)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		746	330
Despesas financeiras		(15.736)	(4.744)
		(14.990)	(4.414)
Resultado antes dos impostos			
Contribuição social		-	(32)
Imposto de renda		<u> </u>	(68)
		-	(100)
Lucro líquido (prejuízo) do exercícios		(12.236)	(16.462)

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercícios	(12.236)	(16.462)
Total dos resultados abrangentes do exercícios	(12.236)	(16.462)

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>54.240</u>	(25.594)	<u>37.970</u>	66.616
Prejuízo do exercícios	<del>-</del>	(16.462)		(16.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	54.240	(42.056)	<u>37.970</u>	50.154
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reapresentado 70.540	(42.056)	Reapresentado 21.670	Reapresentado 50.154
Aumento de Capital	21.670	-	(21.670)	-
Redução de Capital	(12.000)	-	-	(12.000)
Prejuízo do exercícios	<del>_</del>	(12.236)		(12.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.210	(54.292)		25.918

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

(Ell lillinaes de Reas)	Nota	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		_	
Prejuízo líquido do período		(12.236)	(16.462)
Ajustados por:			
Depreciação/Amortização	8 e 9	12.206	2
Encargos financeiros, líquidos		15.532	4.696
Atualização financeira		(197)	(67)
Constituição de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		157	-
Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)		1.234	16.885
Resultado ajustado		16.696	5.054
(Aumento) redução nos ativos			
Fundo vinculado		-	(1.810)
Impostos a recuperar		(236)	60
Despesas antecipadas		(229)	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		101	1.320
		(364)	(430)
Aumento (redução) nos passivos		. ,	
Fornecedores - Diversos		(2.441)	2.319
Fornecedores - Compra de energia para revenda		-	(3.608)
Encargos de Emprestimos e Financiamentos		2.838	2.808
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(2)
Obrigações tributárias		74	(75)
Partes relacionadas		-	-
Arrendamento		(477)	(66)
Outras obrigações		3.845	(23)
		3.839	1.353
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	-	20.171	5.977
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições e reclassificação do ativo imobilizado	8	(2.887)	(26.453)
Adições ao ativo intangível	9	165	(181)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(2.722)	(26.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	16	9.670	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	(21.670)	_
Captação de empréstimo	11	(2.838)	33.589
Amortização de Juros de Encargos de emprestimos		(15.008)	(2.241)
Caixa liquido gerado pelas atividades de financiamento		(29.846)	31.348
Aumento / (Redução) liquido de caixa e equivalentes de caixa	•	(12.397)	10.691
Caixa e equivalentes no início do exercícios		20.599	9.908
Caixa e equivalentes no final do exercícios		8.202	20.599

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020
Receitas		
Receita bruta	20.966	13.779
	20.966	13.779
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de energia elétrica	-	(5.782)
Serviços de terceiros	(2.234)	(2.197)
Materiais	(2)	(9)
Constituição de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(157)	-
Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)	(1.234)	(16.885)
Outras despesas / custos operacionais	(165)	(4)
	(3.792)	(24.877)
Valor adicionado bruto	17.174	(11.098)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	746	330
Depreciação / Amortização	(12.205)	
Valor adicionado total a distribuir	5.715	(10.768)
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	5	5
Governo (Impostos e contribuições)	2.210	945
Encargos financeiros	15.736	4.744
Lucro líquido (prejuízo) do exercícios	(12.236)	(16.462)
	5.715	(10.768)

# Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1 Contexto operacional

A Energia dos Ventos VI S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Graça Aranha nº 26 – 11º Andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 da Agência nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria MME nº 459 de 8 de agosto de 2012 a estabelecerse como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Nossa Senhora de Fátima, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 10 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 30 MW de potência total instalada e com 13,60 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nª 65, de 19 de fevereiro de 2020.

Vinculada à autorização dada à Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL.

A Companhia é controlada diretamente pela Brasil Ventos Energia S.A. ("BVE").

Alteração do Ponto de Conexão do Complexo Eólico Fortim:

Com a recomendação de perda por caducidade do contrato firmado com a empresa CEARENSE II, transmissora que seria a responsável pela construção, operação e manutenção da ICG ARACATI III, ponto de conexão originário do Complexo de FORTIM à Rede Básica, iniciouse um processo de discussão entre o Regulador e a Companhia, a fim de encontrar-se uma solução para escoamento da energia que seria gerada pelas Empresas. Após diversas reuniões entre os Agentes, restou determinado que o Complexo, ao invés de conectar-se na ICG ARACATI III, que não foi construída, deveria se conectar na Subestação de Russas II de propriedade da CHESF. Para tanto, deveria construir um sistema de Transmissão em 230 KV, com aproximadamente 69 km de extensão, obra que foi remunerada eminentemente por meio de desconto no pagamento de Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa nova configuração foi imposta pelo Despacho ANEEL n.º 1.987, de 26 de julho de 2016 (publicado em 08/08/2016), que determinou ainda, que a data final de entrada em operação comercial de todo o Complexo de FORTIM passaria a ser dia 01 de novembro de 2019, sem prejuízo dos 20 (vinte) anos de suprimento de energia.

13

Atualmente, a Companhia está em fase operacional. Esta fase iniciou-se após a publicação do Despacho ANEEL nº 1.557/2020, liberando a usina a operar comercialmente a partir de 02/06/2020.

Em face da postergação da entrada em operação da Companhia, houve a necessidade da contratação de energia para a recomposição de lastro, como forma de honrar com os compromissos de entrega de energia assumidos por meio dos CCEARs, sendo que os referidos contratos foram celebrados com Furnas Centrais Elétricas, visando suprir a falta de geração entre 01/11/2019 a 01/06/2020.

Assim, apesar do atraso na entrada em operação comercial, a Companhia teve direito ao recebimento da receita da energia comercializada no leilão, visto que a Companhia celebrou contratos de recomposição de lastro e entregou a energia às distribuidoras compradoras. O relatório RV012 publicado em 2 de janeiro de 2020 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, informou qual a receita final que foi faturada em janeiro de 2020 referente a competência de novembro de 2019. Já a receita final referente a competência de dezembro de 2019 foi publicada pela CCEE no RV012 em 31/01/2020 para faturamento em fevereiro de 2020. Essa dinâmica de receita de venda para o exercício em atraso na entrada em operação, até a efetiva entrada em operação, está resumida na tabela abaixo:

Mês de Competência	Dia da Publicação RV-012	Mês de Faturamento
nov/19	02/jan	Janeiro
dez/19	31/jan	Fevereiro
jan/20	02/mar	Março
fev/20	02/abr	Abril
mar/20	02/mai	Maio
abr/20	02/jun	Junho
mai/20	02/jul	Julho
jun/20	31/jul	Agosto

Em junho/20, a EDV abriu processo n° 3868 de recontabilização para reconhecimento dos contratos CCEAL celebrados com Furnas para fins de reconhecimento da receita referente ao mês de março/2020, o qual foi avaliado e deliberado na 1136° reunião do CAD pela CCEE que o considerou procedente, encerrando o processo em julho/2020. Dessa forma, houve o faturamento de complemento de receita operacional, o qual foi publicada em 01/09/2020 no RV-012 de competência do mês de julho/2020.

Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes da autorização para atuar como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração de Central Geradora Eólica, concedida pelo MME (Ministério de Minas e Energia), foram devidamente cumpridas, não havendo, portanto, qualquer notificação de aplicação de multa por descumprimento da Portaria Autorizativa e cláusulas do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

14

# 1.1 Provisão para impairment e contrato oneroso

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2020, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment* e contrato oneroso de acordo com os CPC's 01 e 25. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

A Companhia atualizou as premissas de cálculo utilizadas no Plano de Negócios aprovado em dezembro de 2020, atualizado em janeiro de 2021, considerando que o Parque Eólico iniciou a sua operação em 2020.

Também foram observadas as premissas editadas pelo acionista controlador Furnas Centrais Elétricas S.A. consoante as normas e premissas adotadas pelo Grupo Eletrobras.

A taxa de desconto utilizada foi calculada de acordo com a metodologia WACC de custo de capital, adotada pelo acionista controlador, utilizando-se a tributação pelo lucro real.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia novamente aplicou os testes com a revisão das premissas e o cálculo resultou em um complemento de provisão adicional de R\$ 1.234.

# 1.2 Aprovação das Demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das Demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 24 de janeiro de 2022.

# 2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações financeiras estão elencadas abaixo:

# 2.1 Bases de apresentação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC), além das distorções normativas de seu regulador, a Agência Nacional Energia Elétrica - ANEEL onde aplicáveis.

#### a. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico, como base de valor.

### b. Moeda funcional de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

### c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas.

### d. Demonstrações de valor adicionado

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados), pelo insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprios.

# 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

### a. Instrumentos financeiros Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e teve a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

#### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

#### **Fornecedores**

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

### **Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### b. Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE.

#### c. Intangível

Refere-se ao custo de *software* e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário

#### d. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Na data das Demonstrações financeiras, a Companhia realizou a constituição da provisão para redução ao valor de realização dos ativos

### e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas aqualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

processo de estimativa do valor da obrigação.

### f. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro real.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

### g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

#### h. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### (i) Julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

#### (ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao exercício da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### i. Arrendamento a pagar

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendantes.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

# 4 Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, originalmente publicadas em 29 de abril de 2021.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis.
- Correção de Erros

# 4.1 Balanço patrimonial

		Apresentado 31/12/2020	Ajustes 31/12/2020	Reapresentado 31/12/2020
Patrimônio líquido				
Capital social	a	54.240	16.300	70.540
Prejuízos acumulados		(42.056)	-	(42.056)
Adiantamento para futuro aumento de capital	a	37.970	(16.300)	21.670
Total do patrimônio líquido		50.154		50.154

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

(a) Reapresentação do balanço patrimonial uma vez que, por uma falha de controle interno, a AGE de integralização de parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC no valor de R\$16.300, de 06 de junho de 2019, não foi encaminhada para reconhecimento na contabilidade na referida data. Foi identificado o erro e registrado em 01 de setembro de 2021, e apresentado como reapresentado no comparativo em 31 de dezembro de 2020.

# 5 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia mantém em caixa e equivalentes de caixa as aplicações financeiras que possuem características de aplicação de curto prazo mantidas mantidos no Banco com a finalidade de satisfazer compromissos rotineiros, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira).

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação financeira	8.202	20.599
	8.202	20.599

As disponibilidades financeiras referentes ao investimento ainda não realizado, estão aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, na modalidade Títulos Compromissados, cujo rendimento é de 99% (noventa e nove por cento) da média de fechamento diário do Certificado de Depósito Interbancário – CDI Over, e possuem liquidez diária. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

De acordo com a exigência estabelecida na Resolução 3.284 do BACEN, as disponibilidades financeiras, quais sejam, aquelas não utilizadas para pagamentos de fornecedores e pessoal, estão aplicadas em conta de titularidade da sociedade no Banco do Brasil.

## **6** Fundos vinculados

Fundo vinculado – Caução	CTR nº	31/12/2020		Atualização	Saldo em
•			Reserva	•	31/12/2021
Energia dos Ventos VI S.A	n° 187.2018.535.4957	6.463		197	6.660
		6.463		<u>197</u>	6.660

Referem-se aos valores transferidos pela sociedade para conta caução, como condição precedente contratual à liberação das tranches do financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, em 31/10/2018. Em 2019, foram transferidos para a conta caução de titularidade da SPE no BNB. Em 2021 os rendimentos totalizaram um montante de R\$ 197.

# 7 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

O Parque Eólico N.S. Fátima que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade da Energia dos Ventos VI S.A.- EDV VI, sagrou-se vencedor no 13° Leilão de Energia Nova comercializando 11,20 MW médios por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade do contrato firmado com a empresa transmissora que construiria a subestação

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

"ICG" onde o empreendimento iria se conectar originalmente, a solução dada pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo de entrada em operação comercial e início de suprimento do CCEAR para 1º de novembro de 2019.

Os custos para a construção do novo sistema de transmissão de uso restrito, está sendo ressarcido através de um desconto na TUST paga pelas SPE.

Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir de 1º de novembro de 2019, as Companhias passaram a receber a receita operacional referente à energia comercializada no referido leilão das 25 distribuidoras que compraram esta energia.

# 8 Impostos a recuperar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

1 3	<u>31/12/2021</u>	31/12/2020
IRRF sobre aplicações financeiras	378	205
Impostos diversos	8	6
CSSL estimativa	95	33
IRPF estimativa	63	64
	<u>544</u>	308

## 9 Ativo imobilizado

As imobilizações referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão 07/2011 – ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		
Máquinas e equipamentos	-	345
Móveis e utensílios	-	9
A ratear(a)	3.896	159.273
Usinas - Imobilizado em Serviço		
Máquinas e equipamentos	128.231	-
Sistema de Transmissão de Conexão		
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	67	-
Máquinas e Equipamentos	18.534	-
Móveis e Utensílios	4	-
(-) Impairment (b)	(18.119)	(16.885)
	132.614	142.742

### Movimentações no ativo imobilizado

Descrição	31/12/2020	Adição	Depreciação	Reclassificação Unitização	31/12/2021
Imobilizado em Curso		-			
Máquinas e equipamentos	345	-	-	(345)	-
Móveis e utensílios	9	-	(1)	(8)	-
A ratear(a)	159.273	2.887	-	(158.264)	3.896
Usinas - Imobilizado em Serviço					
Máquinas e equipamentos	_	-	(10.692)	138.923	128.231
Sistema de Transmissão de					
Conexão					
Edificações, Obras e Benfeitorias	-	-	(4)	72	68
Máquinas e Equipamentos	-	-	(1.083)	19.617	18.534
Móveis e Utensílios	_	-	(1)	5	4
(-) Impairment (b)	(16.885)	(1.234)	-	-	(18.119)
	142.742	1.653	(11.781)	-	132.614
Descrição		31/12/2019	Adições	31/12/2020	

Descrição	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	334	11	345
Móveis e utensílios	-	9	9
A ratear (a)	132.840	26.433	159.273
(-) Impairment (b)	<del>_</del> _	(16.885)	(16.885)
	133.174	9.568	142.742

(a) Os saldos classificados em imobilizado em curso após o término da obra, através da unitização foram reclassificados para as rubricas devidas e apropriados por itens do imobilizado, com o consequente reconhecimento da depreciação dos mesmos, calculada desde o momento da energização.

#### (b) Provisão para perdas - Impairment

A administração da Companhia realizou em 31 de dezembro de 2021, a revisão do cálculo do *impairment*, no qual foi apurada um complemento de provisão no valor de R\$ 1.234, vide nota explicativa 1.1.

# 10 Ativo intangível

Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Projeto Eólico Energia dos Ventos VI, adquirido de Central Eólica Nossa Senhora de Fátima Ltda, conforme 2º Termo Aditivo de 04 de julho de 2014.

Os saldos classificados no intangível em curso após o término da obra, através da unitização foram reclassificados para as rubricas devidas e apropriados por itens do intangível, com o consequente reconhecimento da depreciação dos mesmos, calculada desde o momento da energização.

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Empresa realizou nas controladas, estudo para enquadramento a nova regra e reconheceu desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo em contrapartida o Imobilizado/Intangível - Direito de Uso.

22

# a. Composição dos saldos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Em Curso		
Intangível - Software	-	3
Direito de uso - Arrendamento	-	3.395
Servidões	-	1.183
Cessão de direitos	-	3.293
Em Serviço		
Direito de uso - Arrendamento	3.005	-
Servidões	1.195	-
Cessão de direitos	3.084	-
	7.284	7.874

# b. Movimentação dos saldos

b. Wovimentaç						Reclassificação	24/42/2024
Descrição	31/12/2020	Adição	Baixa	Ame	<u>ortização</u> Em	<u>Unitização</u>	31/12/2021
curso							
Intangível - Software	3		-	-	-	(3)	-
Direito de uso - Arrendamento	3.395		-	-	-	(3.395)	-
Servidões	1.183		8	-	-	(1.191)	-
Cessão de direitos	3.293		-	-	-	(3.293)	-
Em serviço							
Direito de uso - Arrendamento	-			(173)	(216)	3.394	3.005
Servidões	-			-	-	1.195	1.195
Cessão de direitos	-			-	(209)	3.293	3.084
	7.874		8	(173)	(425)		7.284

Descrição	31/12/2019	Adição	Amortização	31/12/2020
Em serviço		-		
Intangível - Software	5	-	(2)	3
Em curso				
Direito de uso - Arrendamento	662	2.733	-	3.395
Servidões	1.075	108	-	1.183
Cessão de direitos	3.293	-	-	3.293
	5.035	2.841	(2)	7.874

# 11 Fornecedores

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Nordex Enegy		2.376
STK Sistemas	-	86
Cost Planejamento	3	3
Sind Empr. Operador	23	-
Outros	4	6
	30	2.471

23

# 12 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo de empréstimos circulante:

		Circu	ılante
Empre stimo	CTR nº	31/12/2021	31/12/2020
Energia dos Ventos VI S.A	n° 187.2018.535.4957	9.427	5.832
		9.427	5.832

Composição do saldo de empréstimos não circulante:

	CTR nº		Não Ci	rculante
Empre stimo			31/12/2021	31/12/2020
Energia dos Ventos VI	nº	187.2018.535.4957	114.419	117.490
			114.419	117.490

O saldo do endividamento do principal e encargos do circulante e não circulante tem seus vencimentos assim programados:

	31/12/2021	31/12/2020	
Descritivo	Moeda nacional	Moeda nacional	
2021	=	233	
2022	9.427	2.838	
2023	3.282	3.282	
2024	3.694	3.694	
2025	4.111	4.111	
2026	4.563	4.563	
Após 2026	98.769	98.769	
Total	123.846	117.490	

Mutação dos empréstimos e financiamentos:

		Circulante						Não circulante		Saldo do
Emprestimo	CTR nº	Saldo em 31/12/2020	Principal	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2021	Saldo_em 31/12/2020	Tranche	Saldo em 31/12/2021	emprestimo em 31/12/2021
Energia dos Ventos VI	nº 187.2018.535.4957	5.832	3.071	15.532	(15.008)	9.427	117.490	(3.071)	114.419	123.846
		5.832	3.071	15.532	(15.008)	9.427	117.490	(3.071)	114.419	123.846

O financiamento é em moeda nacional, e não há financiamento em moeda estrangeira.

Em 31 de outubro de 2018, foi assinado o contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2018.535 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) no valor de R\$117.490 de principal a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Sobre a dívida incide a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC) apurada mensalmente, pro rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês incidente sobre o saldo devedor conforme cláusula nona dos contratos.

Os encargos financeiros equivalem à taxa efetiva de 2,74% a.a. além do Fator de Atualização Monetária – FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O Pagamento dos encargos se dá da seguinte maneira: trimestral, durante o exercício de carência fixado em 36 meses, e mensal, durante o exercício de amortização juntamente com as prestações vincendas de principal, conforme parágrafo primeiro da cláusula nona do contrato.

# 13 Obrigações tributárias

A composição de saldos de tributos a recolher é apresentada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos federais retidos de fornecedores	18	14
IRPJ a recolher	41	11
PIS a recolher	31	24
Cofins a recolher	142	109
	232	158

# 14 Arrendamentos a pagar

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o "Direito de Usar ou Dispor do locar a ser destinado à implantação do empreendimento", e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao exercício de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

		31/12/2021	
		Não	
	Circulante	Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	161	2.617	2.778
		31/12/2020	
	·	Não	_
	Circulante	Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	158	3.097	3.255

Em 31 de dezembro 2021, o saldo de arrendamentos a pagar era de R\$ 2.778 (R\$ 3.255 em 31 de dezembro de 2020. A diferença entre o intangível e o passivo de arrendamentos a pagar se dá pelo fato de no intangível a movimentação ocorre pela amortização enquanto no passivo a movimentação é realizada pelos pagamentos aos arrendatários.

### 15 Partes relacionadas

(a) O contrato EDV.ENG.010.2018, referente ao pagamento de prestação de serviço de engenharia do proprietário celebrado em 22/11/2018 realizado entre FURNAS e as SPE's do Complexo Eólico FORTIM: EDV V, EDV VI, EDV VII, EDV VIII e EDV IX, atualizado pelo IPCA conforme clausula 9.8 do contrato, quitação do valor em novembro de 2021.

					Pagamento	Saluo
EDV	CNPJ/MF	%	Principal	Atualização		31/12/2021
Energia dos Ventos VI	15.253.315/0001-18	24%	1.048	169	(1.217)	_
	TOTAL	100%	1.048	169	(1.217)	-

**b**) Aportes efetuados pelo acionista para futuro aumento de capital. O saldo em 31/12/2021 é apresentado a seguir:

	Movimentação dos AFACs				
Acionista	31/12/2020	Reclassificação	Saldo Reclassificado 31/12/2020 C	Aumento de Capital	31/12/2021
Brasil Ventos Energia	37.970 37.970	(16.300) (16.300)	21.670 21.670	(21.670) (21.670)	

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária AGE a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital AFAC da Companhia com posterior redução de capital, conforme nota explicativa 17.

### 16 Provisões

- a) Trata-se de ação reclamatória trabalhista ajuizada por ex-colaboradora, através da qual a autora busca o valor atualizado de R\$ 157, sob a alegação de redução de jornada de trabalho inexistente. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia a probabilidade de perda da ação é classificada como provável, e o seu saldo atualizado foi provisionado.
- b) Processo 0189904-02.2021.8.19.0001 Trata-se de ação ajuizada pela empresa Pellon Advogados, através da qual a autora busca o valor total de R\$ 11.782, montante consolidado das do grupo, sob a alegação de honorários de sucumbência derivados da ação judicial contra a CHUBB referente ao contrato de fornecimento dos aerogeradores. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia a probabilidade de realização de depósito judicial é classificada como provável, e o seu saldo atualizado de R\$ 2.805 foi provisionado.
- c) Refere-se à parcela incontroversa dos pleitos apresentados pela empresa STK, contratada para execução da Linha de Transmissão e Rede de Média Tensão (CT.EDV.ENG.009.2018 e CT.EDV.ENG.016.2018), e reconhecida pelas sociedades contratantes do Complexo de FORTIM, após emissão de Relatório Técnico nº 007-2020, Relatório Técnico nº 011-2020 (Pleitos da SE/LT/Bay) e Relatório Técnico nº 015-2020 (Consolidação dos Pleitos da RMT), pela Engenharia do Proprietário. Ressalta-se que os valores possuem previsão de pagamento na rubrica de contingenciamento do plano de negócios. Cumpre esclarecer, ainda, que a contratada STK, buscando o reconhecimento da totalidade dos pleitos que apresentou à contratante,

26

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

entendeu por ingressar com procedimento arbitral, incluindo na discussão, também, a parcela incontroversa admitida pela contratante, além da contestação às penalidades contratuais que lhe foram aplicadas.

	31/12/2021
Linha de transmissão	804
Rede de média tensão	235
	1.039

# 17 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro 2021, o capital social está representado por 92.209.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02 de abril de 2019, o Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, com base no art.41do Anexo I do Decreto nº9.035, de 20 de abril de 2017, após exame da documentação relativa à proposta de aumento de capital da subsidiária Energia dos Ventos VI, cujo pedido foi feito por meio da Carta CE.DA.BVE.016.2019, de 22 de fevereiro de 2019, se manifestou nos termos da Nota Técnica nº4584/2019- MP não encontrando óbices para integralizar parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC, existentes à época.

Por uma falha de controle interno, a AGE de integralização de parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC no valor de R\$16.300 de 06 de junho de 2019, não foi encaminhada para reconhecimento na contabilidade na referida data. Foi identificado o erro e registrado em 01 de dezembro de 2021, e apresentado como reclassificando no comparativo em 31 de dezembro de 2020.

Em 17 de setembro de 2021, na Assembleia Geral Extraordinária AGE com registro na Junta em 18/10/2021, foi aprovada a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital AFAC da Companhia mediante a emissão de 21.669.660 ações nominais com valor de R\$ 21.670. Posteriormente, na Assembleia Geral Extraordinária AGE de 18 de outubro de 2021, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$ 12.000 sem que tal redução afete a quantidade de ações emitidas anteriormente, passando o capital social para R\$ 80.210 e 92.209.999 ações nominais.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Capital social realizado:

	3	31/12/2021			eclassificado 31/12/2020	
Brasil Ventos Energia S.A	Quantidade de ações 90.209.999	<b>R\$</b> 80.210	% do capital social	Quantidade de ações 70.540.339	<b>R\$</b> 70.540	% do capital social 100,00%
	90.209.999	80.210	100,00%	70.540.339	70.540	100,00%

#### a. Cessão não onerosa de ações

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

Em 30/12/2017, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos referente à participação societária de Furnas (99,99%) na Energia dos Ventos VI S.A.

A transferência nos livros societários só ocorreu após o recebimento de correspondência da ANEEL, em 23/01/2018, dispensando a anuência requerida para a mencionada cessão.

O registro da transferência ocorreu em 28/02/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base novembro/2017.

Em 13/07/2018, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações da Central Eólica Nossa Senhora de Fátima para a Brasil Ventos referente à participação societária de (0,01%) na Energia dos Ventos VI S.A.

O registro da transferência ocorreu em 13/07/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base junho/2018.

# 18 Receita operacional líquida

(a) Energia elétrica vendida - O Parque Eólico N.S. Fátima que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade da Energia dos Ventos VI S.A.- EDV VI, sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando 11,20MWmédios por um exercício de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade da validade do contrato firmado com a empresa transmissora que construiria a subestação "ICG" onde o empreendimento iria se conectar, a solução data pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo para entrada em operação comercial para o parque eólico, passando a ser 01/11/2019 a nova data de início de suprimento do CCEAR.

As receitas são proporcionais à entrada em operação comercial do parque em 02/06/2020.

		31/12/2021		
	Total 31/12/2020	Venda de energia	(-) Tributos e encargos	Total
Energia dos Ventos VI S.A.	12.381	20.966	(1.962)	19.004
	12.381	20.966	(1.962)	19.004

Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir da data firmada para entrada em operação comercial, a Companhia adquiriu o direito de receber a receita operacional referente a energia comercializada no referido leilão, das 25 distribuidoras que compraram esta energia.

(b) Em 31 de julho de 2019, foi assinado o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST nº064/2019 entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, as Concessionárias de Transmissão e Energia dos Ventos VI – EDV VI denominada EOL Nossa Senhora de Fátima. Seu objeto é o uso da Rede Básica pelas Usuárias, incluindo a Prestação dos Serviços de Transmissão pelas Concessionárias de Transmissão às Usuárias, mediante controle e supervisão do ONS e a Prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletro energéticos interligados, das interligações internacionais e de

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

administração dos Serviços de Transmissão prestados pelas Concessionárias de Transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos Procedimentos de Rede, na legislação e na regulação vigente. O contrato também prevê a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos estabelecidos nestes Contratos e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das Concessionárias de Transmissão. Conforme tabela Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST do contrato, a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST se iniciou em 01/09/2019.

- (c) Despesas de Operação e Manutenção de Usinas "O&M", gastos com Operação e Manutenção dos contratos de Aerogeradores abrangendo a Subestação e linha de transmissão totalizando um valor de R\$2.131.
- (d) Devido ao atraso na entrada em operação do complexo, tratado na nota de contexto operacional, houve a necessidade da contratação desta energia de lastro. Em 04 de novembro de 2019, foi celebrado um Contrato de comercialização de Energia Elétrica no Ambiente livre entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e Energia dos Ventos VI S.A.- EDV VI denominada EOL N.S. Fátima. Seu objeto é a compra e venda de Energia contratada, conforme anexo 1 a vigência do contrato e pelo exercício de suprimento de 01 de novembro de 2019 a 01 de junho de 2020.

# 19 Despesas operacionais

Despesas e receitas gerais	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Conselheiros (a)	(5)	(5)
Material	(2)	(9)
Serviço de terceiros (b)	(103)	(130)
Tributos	(35)	(8)
Depreciação	(1)	(2)
Outras despesas	(164)	(2)
Provisão contingencia	(157)	-
Provisão (impairment)	(1.234)	(16.885)
	(1.701)	(17.041)

### a) Remuneração dos Administradores, Empregados e Conselho Fiscal

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira.

O Conselho de Administração foi destituído na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2018, conforme autorização dada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em conformidade com o previsto no art. 31 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, passando a Diretoria a ser o único órgão da administração, visando a racionalização de recursos com as estruturas societárias do empreendimento.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

O Conselho Fiscal é formado por 03 membros titulares e respectivos suplentes, sendo dois membros titulares e respectivos suplentes indicados pela Controladora, com renúncia de remuneração pelo desempenho de suas funções em razão da gestão compartilhada com a Controladora, e um membro titular e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia.

	31/12/2021			
		Conselho de		
	Diretoria Executiva	Administração	Conselho Fiscal	
	-			
Número de membros	2	0	3	
Número de membros remunerados	0	0	1	
Valor da maior remuneração individual	=	=	700	
Valor da menor remuneração individual	-	-	700	
Valor médio de remuneração individual	-	-	700	

Os Diretores assinaram Declaração de Renúncia de Remuneração pelo desempenho de suas atividades em face do compartilhamento de mandato com sua Controladora.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração da Diretoria Executiva, e do Conselho Fiscal., valores em reais.

	31/12/2021	31/12/2020
Conselheiros		
Honorários	(5)	(5)
	(5)	(5)

A Sociedade não possui funcionário registrado e utiliza a força de trabalho de sociedades coligadas e/ou de sua controladora, em modelo de estrutura compartilhada. Tal fato não afeta a operacionalidade da Sociedade, ao passo que otimiza e racionaliza os recursos.

### b) Serviços de terceiros

A variação decorreu da entrada em operação da SPE, não apresentando uma diferença expressiva do ano anterior.

Serviços de terceiros	31/12/2021	31/12/2020
Telefone e Internet	(15)	(18)
Despesas Legais e Judiciais	(43)	(20)
Serviço de Auditoria	(11)	(11)
Publicações Legais	(34)	(34)
Segurança patrimonial	-	(45)
Hospedagem	-	(2)
	(103)	(130)

## 20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Considerando-se que a Companhia se encontra em fase operacional, o principal fator de risco que afeta o negócio pode ser assim descrito:

### (i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

### (ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

### (iii) Risco de encargos financeiros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

#### (iv) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

# 21 Cobertura de seguros

O processo Licitatório LC.EDV.T.004.2021, cujo objeto é a prestação de serviços de seguros relativo a Riscos Operacionais (lote 1) e Responsabilidade Civil Geral (lote 2) para o Complexo Eólico Fortim, no qual se inclui a Energia dos Vento VI S.A., foi concluído, tendo sido contratada a Fator Seguradora S/A., com vigência de 29/07/2021 a 29/07/2022. O seguro tem como segurado a Brasil Ventos Energia e como cossegurados as 5 empresas e filiais que compõe o referido complexo.

# 22 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

- (a) Em 21 de junho de 2018, foi contratada, por meio de concorrência pública, a empresa STK Sistemas do Brasil Ltda, para implantação do Sistema de Transmissão de Uso Restrito do Complexo Eólico Fortim, para o fornecimento, transporte, montagem, comissionamento da Subestação Jandaia 34,5 230 kV, da Linha de Transmissão (Jandaia-Russas II) em 230 kV com cerca de 69 km e do Bay de Conexão na Subestação Russas II, conforme contrato CT.EDV.ENG.009.2018.
- (b) Em 10 de dezembro de 2018, foi contratada, por meio de concorrência pública, a empresa STK sistemas do Brasil LTDA, para o fornecimento de bens e serviços para implantação de rede de média tensão de uso restrito no complexo Eólico Fortim, conforme contrato CT.EDV.ENG.016.2018.
- (c) Está em andamento o processo Licitatório LC.EDV.T.007.2021, cujo objeto é a substituição das Torres Anemométricas para o Complexo Eólico Fortim.

# 23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalente de caixa:

- Provisão de contratos de Arrendamentos de terras.
- Encargos de empréstimos.

# 24 Fato significativo

A Administração da Companhia está permanentemente mobilizada na análise dos impactos, diretos e indiretos, nas operações da Companhia em relação à evolução da contaminação pelo vírus COVID 19 (corona vírus).

Assim, com base no que se conhece até o presente momento, não foram identificadas situações que implicassem em impactos significativos em suas atividades, considerando-se que a receita

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021

da Companhia é proveniente de contratos firmados em Leilões Públicos e que em seu passivo não há exposição significativa às variações cambiais, salientando ainda que os Investimentos da Companhia seguem uma linha conservadora.

\*\*\*\*

Pedro Eduardo Fernandes Brito Diretor Administrativo - Financeiro Francisco José Arteiro de Oliveira Diretor Técnico

MARIA INES DRESSLER: 537017 DRESSLER: 53701798087 98087

Assinado de forma digital por MARIA INES Dados: 2022.02.23 18:20:27

Contadora: Maria Inês Dressler CRC: RS-049754/O-4T-SC